



Região Africana

COMITÉ REGIONAL PARA A ÁFRICA

ORIGINAL: INGLÊS

Septuagésima terceira sessão

Gaborone, República do Botsuana, 28 de Agosto a 1 de Setembro de 2023

Ponto 10 da ordem do dia provisória

**ESTRATÉGIA REGIONAL PARA ACELERAR A IMPLEMENTAÇÃO E
MONITORIZAÇÃO DE PLANOS DE ACÇÃO NACIONAIS CONTRA A RESISTÊNCIA
AOS ANTIMICROBIANOS (2023–2030) NA REGIÃO AFRICANA DA OMS**

Relatório do Secretariado

RESUMO

1. A resistência aos antimicrobianos (RAM) é uma das 10 principais ameaças de saúde pública que a humanidade enfrenta a nível mundial, com um fardo mais elevado na África Subsariana, onde ocorreram 1,27 milhões de mortes directamente atribuíveis à resistência bacteriana em 2019. A utilização inadequada de antimicrobianos na medicina humana e na produção alimentar aumenta a probabilidade de emergência de organismos resistentes aos antimicrobianos e coloca os Estados-Membros em risco, uma vez que não estão a ser produzidos muitos produtos de substituição nem alternativas.
2. Em Maio de 2015, a Assembleia Mundial da Saúde adoptou o plano de acção mundial relativo à resistência aos antimicrobianos, e os Estados-Membros comprometeram-se a desenvolver, implementar e monitorizar planos de acção nacionais (PAN) relativos à resistência aos antimicrobianos.
3. Quarenta e cinco (96%) Estados-Membros dispõem de planos de acção nacionais relativos à RAM, com 33 (76%) aprovados pelas autoridades nacionais. Apesar das grandes conquistas asseguradas, manter e intensificar a agenda da RAM implica desafios significativos a enfrentar para travar a RAM.
4. Os governos e os parceiros de múltiplos sectores devem mobilizar e coordenar esforços para fazer face à RAM e, assim, contribuir para a consecução da segurança sanitária mundial, da cobertura universal de saúde (CUS) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
5. O desenvolvimento da estratégia regional para travar a resistência aos antimicrobianos foi motivado pela necessidade urgente de acelerar a implementação de planos de acção nacionais para colmatar as principais lacunas existentes na Região. A estratégia regional contra a RAM visa orientar os esforços dos Estados-Membros para travar a RAM, e prescreve intervenções essenciais para melhorar a implementação dos PAN em linha com a abordagem “Uma Só Saúde”.
6. Convida-se o Comité Regional a analisar e a aprovar esta estratégia.

ÍNDICE

	Parágrafos
INTRODUÇÃO	1-4
ANÁLISE DA SITUAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO.....	5-14
A ESTRATÉGIA REGIONAL.....	15-32
CONCLUSÃO	33-36

ANEXO

	Página
Base de referência e metas detalhadas	7

INTRODUÇÃO

1. A resistência aos antimicrobianos ocorre quando bactérias, vírus, fungos e parasitas se alteram ao longo do tempo e deixam de reagir aos medicamentos, tornando mais difícil o tratamento de infecções. Os compostos antimicrobianos utilizados para controlar ou prevenir doenças infecciosas em seres humanos, plantas e animais, tais como medicamentos antivirais, antibióticos, antiparasitários e antifúngicos, também se encontram no ambiente e em fontes de água, e estão simultaneamente a acelerar o desenvolvimento de genes resistentes.¹ O uso inadequado de antimicrobianos em seres humanos, plantas e gado aumenta o risco de infecção por micróbios resistentes aos tratamentos disponíveis e pode causar doença grave e morte, realçando a importância das perspectivas de “Uma Só Saúde” para enfrentar a RAM.²

2. Prevê-se que dez milhões de pessoas, incluindo 4,1 milhões na Região Africana, venham a morrer de organismos resistentes aos antimicrobianos até 2050, e que os países africanos venham a perder até 5% do seu produto interno bruto.³ Em Maio de 2015, os Estados-Membros da OMS adoptaram o plano de acção mundial para travar a resistência aos antimicrobianos⁴ e comprometeram-se a desenvolver, implementar e monitorizar os PAN contra a RAM⁵.

3. A RAM é uma enorme ameaça à saúde humana, animal e ambiental, e exige uma abordagem multisectorial. O plano de acção mundial sublinha a necessidade de uma abordagem “Uma Só Saúde” eficaz, de forma a otimizar a coordenação entre numerosos sectores e actores, incluindo a medicina humana e veterinária, a agricultura, o sector financeiro, o ambiente e os consumidores. Para prevenir as infecções associadas aos cuidados de saúde, é necessário garantir a implementação de medidas de prevenção e controlo de infecções (PCI) e de medidas de água, saneamento e higiene (WASH) nas unidades de saúde.⁶ Fazer face à RAM é um requisito fundamental para se alcançar prioridades mundiais como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e garantir a segurança sanitária mundial, tal como estipulado pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI (2005)).

4. Oito anos após o lançamento do plano de acção mundial, a implementação de planos de acção nacionais na Região tem sido lenta devido à falta de empenho político, à vigilância inadequada dos antimicrobianos, incluindo capacidade laboratorial insuficiente, à capacidade limitada de implementação de intervenções de gestão de antimicrobianos, e à inadequação das medidas de PCI e de WASH. A crescente ameaça que a RAM representa e a falta colectiva de progressos a nível regional exigem o desenvolvimento de uma estratégia contextualizada aos desafios da Região, com vista a uma melhor resposta à RAM. A estratégia regional orientará as principais intervenções e abordagens, mantendo assim os esforços dos Estados-Membros para acelerar a consecução dos objectivos do plano de acção mundial.

¹ Chan, O.S. et al, 2022. What and where should the next antimicrobial resistance policies focus on? *Journal of Global Antimicrobial Resistance*.

² Velazquez-Meza ME et al. (2022), Antimicrobial resistance: One Health approach, *Veterinary World*, 15(3): 743-749.

³ Banco Mundial. Drug-resistant infections: A threat to our economic future. Março de 2017.

⁴ Global action plan on antimicrobial resistance. ([Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241509763](https://www.who.int/publications/i/item/9789241509763), consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

⁶ OMS: Prevention of hospital-acquired infections: a practical guide. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde; 2002.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

Análise da situação

5. A Região apresenta elevada morbidade e mortalidade atribuíveis à RAM, aliadas aos desafios enfrentados pelos sistemas de saúde. Com base num estudo de 2022, 4,95 milhões de pessoas em todo o mundo morreram de doenças relacionadas com a RAM em 2019. Entre elas, 1,27 milhões foram directamente atribuíveis à resistência bacteriana na África Subariana. O número de mortes em todas as idades atribuídas à RAM em África é superior a 27 em cada 100 000, comparado com a Australásia, que tem a taxa mais baixa de mortes (6,5 mortes em cada 100 000).⁷

6. O fardo da RAM é exacerbado pela falta de implementação das prescrições e da regulamentação relativas à venda de antibióticos, assim como pelo seu uso excessivo na alimentação animal, levando à propagação de estirpes resistentes aos antibióticos. Além disso, a circulação de antimicrobianos falsificados ou de qualidade inferior continua a ser um problema.⁸

7. Trinta e sete (79%) Estados-Membros estão registados no Sistema Mundial de Vigilância da Resistência aos Antimicrobianos (GLASS) da OMS. No entanto, a representatividade dos dados relativos às taxas de RAM continua a ser um desafio.

8. Relativamente aos indicadores dos ODS monitorizados pelo GLASS, o quinto relatório do GLASS⁹ indicou que, no que se refere a infecções da corrente sanguínea, a resistência às cefalosporinas de terceira geração em *Escherichia coli* e a resistência à meticilina em *Staphylococcus aureus* foram elevadas em alguns Estados-Membros participantes, representando entre 40% e 50% no Maláui, na Maurícia e na África do Sul.

9. Existem grandes lacunas na Região em termos dos factores essenciais para a optimização do consumo de medicamentos antimicrobianos, e apenas oito dos 31¹⁰ (25,8%) Estados-Membros dispõem de uma política nacional de implementação da gestão de antimicrobianos (AMS). Além disso, 19¹¹ (41%) Estados-Membros adoptaram a classificação da OMS de Acesso, Observação, Reserva (AWaRe) de antibióticos nas suas listas nacionais de medicamentos essenciais (LME), uma medida crucial para garantir o acesso e reduzir a RAM.

10. Relativamente à PCI e à WASH, não existem dados exaustivos sobre as infecções associadas aos cuidados de saúde (IACS) em África. Contudo, a OMS estima que uma em cada 10 mortes de doentes seja causada por IACS. Além disso, a revisão de 2021 do plano de acção mundial documentou que África apresentava a pontuação média mais baixa relativamente à implementação dos indicadores de RAM em todos os objectivos do plano de acção mundial.¹²

⁷ Antimicrobial Resistance Collaborators (2022). Global burden of bacterial antimicrobial resistance in 2019: a systematic analysis. *Lancet* (Londres, Inglaterra), 399(10325), 629–655. ([Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02724-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02724-0) consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

⁸ Godman, B. et al. (2022). Tackling antimicrobial resistance across sub-Saharan Africa: Current challenges and implications for the future. *Expert Opinion on Drug Safety*, 21(8), 1089-1111.

⁹ Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS). ([Disponível em: https://www.who.int/initiatives/glass](https://www.who.int/initiatives/glass), consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

¹⁰ África do Sul, Benim, Etiópia, Guiné, Libéria, Nigéria, República Unida da Tanzânia, Senegal.

¹¹ Burquina Faso, Congo, Gabão, Guiné, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Namíbia, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Sudão do Sul, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

¹² Comprehensive Review of the WHO Global Action Plan on Antimicrobial Resistance - Volume 1: Report ([Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance](https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance). Consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

Fundamentação

11. Quarenta e cinco (96%) Estados-Membros dispõem de PAN relativos à RAM, com 33 (76%) aprovados pelas autoridades nacionais. No entanto, a implementação dos PAN é dificultada pela falta de investimento e de capacidade em matéria de recursos humanos, pela fraca articulação entre o PAN, o plano de acção nacional para a segurança sanitária (PANSS), e a estratégia e o plano nacionais de saúde (EPNS), e pela ausência de uma estratégia regional coerente baseada no contexto de uma abordagem aos desafios de implementação do PAN, garantindo o compromisso dos Estados-Membros.

12. O inquérito quadripartido de auto-avaliação dos países sobre o rastreio da RAM (TrACSS) de 2022 identificou plataformas de governação e coordenação “Uma Só Saúde” fracas e não funcionais como um grande impedimento a uma implementação eficaz, com apenas 15¹³ (32%) Estados-Membros com grupos de trabalho técnicos multisectoriais no âmbito da RAM em funcionamento.

13. Uma estratégia de combate à RAM oferece oportunidades para acelerar a implementação e monitorização dos PAN relativos à RAM, tirando partido do investimento na pandemia de COVID-19 com medidas reforçadas de PCI e WASH, bem como da capacidade genómica dos laboratórios para a vigilância da RAM. A capacidade laboratorial melhorada também permite a implementação do quadro regional da OMS para a CUS e de outras agendas de saúde regionais e mundiais, incluindo actividades conjuntas entre as organizações quadripartidas (FAO, PNUA, OMS, OMSA) e outras partes interessadas.

14. Embora se tenham verificado alguns progressos, a Região continua atrasada na implementação dos objectivos do plano de acção mundial.¹⁴¹⁵ É necessária uma estratégia regional para reforçar a governação nacional, de modo a dar prioridade à agenda de RAM, aos sistemas nacionais de vigilância, à educação e à sensibilização, à administração adequada de antimicrobianos em doentes, e à PCI e WASH nas unidades de saúde e nas comunidades. Será ainda necessária a implementação e a monitorização dos PAN relativos à RAM, apoiando intervenções que possam ajudar a eliminar estrangulamentos, a reduzir compartimentação e a evitar duplicações, factores que actualmente estão a dificultar os progressos para travar a RAM na Região.

A ESTRATÉGIA REGIONAL

Finalidade, objectivos e metas

15. **Finalidade:** Reduzir a morbilidade, a mortalidade, a incapacidade e as perturbações socioeconómicas causadas pela resistência aos antimicrobianos, através da implementação sustentável dos planos de acção nacionais sobre a resistência aos antimicrobianos na Região Africana da OMS.

16. Os objectivos são:

a) reforçar a coordenação e a governação multisectoriais para enfrentar as ameaças da RAM à saúde humana, animal e ambiental aos níveis nacional e subnacional através de abordagens

¹³ Cabo Verde, Côte d’Ivoire, Essuatíni, Etiópia, Gana, Libéria, Maláui, Mali, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Senegal, Serra Leoa e Zimbabué.

¹⁴ Comprehensive Review of the WHO Global Action Plan on Antimicrobial Resistance - Volume 1: Report ([Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance](https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance). Consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

¹⁵ Comprehensive review of the WHO Global Action Plan on Antimicrobial Resistance: Management Response – March 2022. ([Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance---management-response---march-2022](https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-the-who-global-action-plan-on-antimicrobial-resistance---management-response---march-2022), consultado a 3 de Fevereiro de 2023).

- multisectoriais integradas para fomentar a implementação de planos de acção nacionais sobre a RAM;
- b) aumentar a consciência e melhorar a compreensão em matéria da RAM através de comunicação, educação e formação eficazes direccionadas para as partes interessadas prioritárias em todos os sectores;
 - c) reforçar os conhecimentos e os dados factuais relativos às taxas de RAM e ao consumo de antimicrobianos, através de uma melhor vigilância da RAM e do uso de antimicrobianos, das infecções associadas aos cuidados de saúde, e da capacidade de diagnóstico laboratorial;
 - d) otimizar a utilização de antimicrobianos nos seres humanos através do reforço da regulamentação e legislação nacionais, e da implementação de políticas e orientações de gestão de antimicrobianos nas unidades de saúde, com vista a melhorar os resultados nos doentes.

Metas:

17. As principais metas para 2030 são definidas de acordo com os objectivos da estratégia. Os pontos de partida encontram-se detalhados no Anexo.

Metas: Até 2030:

- a) Todos os Estados-Membros dispõem de mecanismos funcionais de governação da RAM no âmbito da abordagem “Uma Só Saúde” que incluem papéis e responsabilidades definidos em todos os sectores e disposições de responsabilização estabelecidas, concretizando assim intervenções prioritárias em matéria de RAM;
- b) Todos os Estados-Membros dispõem de sistemas de monitorização e avaliação internos para acompanhar e comunicar os progressos realizados no âmbito dos PAN;
- c) Todos os Estados-Membros estão a realizar campanhas de sensibilização sobre a RAM a nível nacional que envolvem diferentes sectores;
- d) Todos os Estados-Membros inscreveram-se no GLASS, e comunicam e utilizam dados para tomar decisões;
- e) Todos os Estados-Membros estão a implementar intervenções para otimizar a utilização responsável de antimicrobianos nas unidades de saúde, com vista a melhorar os resultados em doentes.

Princípios orientadores

18. **Envolvimento de toda a sociedade norteado por uma abordagem de “Uma Só Saúde”:** Todos os sectores e todas as disciplinas, incluindo a sociedade civil e o sector privado, devem ser envolvidos na implementação da Estratégia Regional para travar a RAM.

19. **Apropriação e liderança por parte dos Estados-Membros:** Fazer face à RAM é sobretudo responsabilidade dos governos. Os Estados-Membros devem assumir um compromisso político e a responsabilidade a todos os níveis pelo sistema de saúde, aumentar o financiamento interno e promover outros investimentos relacionados com a RAM.

20. **Acesso:** Todas as populações devem ter acesso, sempre que necessário, ao mesmo tempo que se reduz a utilização inadequada de antimicrobianos.

21. **Determinantes sociais da saúde, incluindo as perspectivas de equidade de género e de direitos humanos:** As partes interessadas compreendem em que medida as desigualdades com base no género, na equidade e na deficiência contribuem para a RAM e são afectadas por ela, incluindo relativamente às populações mais vulneráveis.

Intervenções prioritárias

22. **Reforçar a colaboração e coordenação multisectorial "Uma Só Saúde" no âmbito da RAM:** É fundamental a criação de mecanismos e plataformas que visem reforçar a coordenação multisectorial. No âmbito deste esforço, continua a ser prioritário estabelecer uma coordenação e uma parceria multisectorial nacional e regional eficazes sobre a RAM, com o envolvimento de partes interessadas dos sectores humano, animal e ambiental. Além disso, é necessário finalizar, actualizar, orçamentar e aprovar os PAN ao abrigo da abordagem "Uma Só Saúde"; implementar mecanismos adequados de implementação e garantir que os progressos nos PAN são monitorizados regularmente.
23. **Sensibilização e educação sobre a RAM:** Intensificar a sensibilização para a RAM, garantir a realização de programas e campanhas de comunicação nacionais baseados em dados factuais, e promover mudanças comportamentais em todos os sectores, incluindo junto dos consumidores. Desenvolver as capacidades dos profissionais dos vários sectores da RAM; incluir programas curriculares sobre o uso de antimicrobianos e a resistência aos mesmos no ensino secundário e terciário, de forma a promover a compreensão, sensibilização e mudança de comportamento; e colaborar com organismos profissionais para a educação contínua sobre RAM.
24. **Criar uma base de conhecimento e de dados factuais sobre a RAM:** Os Estados-Membros geram informação sobre a incidência e a prevalência de agentes patogénicos e padrões geográficos relacionados com a RAM, utilizando-a para orientar o tratamento dos doentes; para servir de base às acções locais, nacionais e regionais; e para monitorizar a eficácia das intervenções.
25. **Reduzir a incidência de infecção:** Melhorar as medidas de PCI e de WASH através de supervisão e avaliação de apoio, da implementação das componentes essenciais de PCI e de WASH, incluindo a vigilância das IACS, directrizes, formação da força de trabalho da saúde, gestão de resíduos, disponibilidade de materiais, incluindo equipamento de protecção individual e vacinação, para limitar o desenvolvimento e a propagação de infecções resistentes a antimicrobianos e de bactérias multirresistentes em unidades de saúde e comunidades.
26. **Optimizar a utilização de antimicrobianos:** Aplicar a regulamentação e legislação em matéria de antimicrobianos, incluindo aquelas relacionadas com o controlo de qualidade, a utilização e a distribuição de medicamentos antimicrobianos para fazer face ao surgimento de antimicrobianos falsificados e de qualidade inferior e a uma utilização inadequada de antimicrobianos na Região. Incentivar o investimento na investigação e no desenvolvimento. São necessários procedimentos nacionais e ferramentas de diagnóstico eficazes, rápidas e de baixo custo para nortear a utilização otimizada de antimicrobianos na medicina humana e animal, assim como no sector agrícola. A prescrição e a distribuição baseadas em dados factuais devem ser procedimento normalizado de cuidados.
27. **Promover o investimento sustentável nos PAN relativos à RAM:** As medidas e os investimentos para combater a RAM são apoiados por análises claras de custo-benefício, assim como pelo desenvolvimento de capacidade de mobilização de recursos. Os Estados-Membros devem integrar a RAM nas vertentes de trabalho existentes e futuras, como a preparação e resposta a emergências, a CUS, as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que podem absorver actividades sensíveis à RAM, além de disporem de uma rubrica orçamental dedicada à RAM. Os Estados-Membros devem reforçar as capacidades para desenvolver e utilizar instrumentos novos e inovadores para melhorar a prevenção, detecção e gestão de infecções por RAM.

Funções e responsabilidades

28. Os Estados-Membros devem:

- a) assumir a vontade política e fornecer liderança política e técnica para a divulgação e implementação desta estratégia, em colaboração com as várias partes interessadas e parceiros;
- b) assegurar recursos suficientes para a implementação dos PAN como parte integrante da estratégia e do plano nacionais de saúde (EPNS);
- c) realizar campanhas de sensibilização para reconhecer a RAM como uma prioridade nacional no âmbito de “Uma Só Saúde”, com financiamento interno para os PAN, monitorização e utilização dos dados para a tomada de medidas;
- d) promover a utilização das plataformas e ferramentas existentes desenvolvidas com o apoio da OMS e dos parceiros para desenvolver capacidades técnicas e implementar os PAN;
- e) promulgar regulamentação e legislação para a utilização e eliminação de antimicrobianos de forma adequada.

29. A OMS e os seus parceiros devem:

- a) apoiar os Estados-Membros na priorização, finalização, actualização, orçamentação, implementação e monitorização dos PAN relativos à RAM;
- b) mobilizar os parceiros e todos os actores para apoiar a implementação da estratégia e coordenar o apoio aos Estados-Membros na avaliação e implementação das necessidades de investimento, em conformidade com o princípio da sustentabilidade;
- c) apoiar o desenvolvimento de uma força de trabalho adequada em termos de qualidade e de número, e manter listas multidisciplinares de peritos em RAM para reforçar as capacidades dos Estados-Membros;
- d) colaborar com instituições de investigação para produzir, divulgar e apoiar o uso eficaz de dados factuais sobre a RAM e orientar o investimento;
- e) apoiar o desenvolvimento, a criação e a funcionalidade das redes técnicas e profissionais, incluindo fortes ligações a outras redes e plataformas relacionadas com os sistemas e serviços de saúde para travar a RAM.

Implicações em termos de recursos

30. Na Região Africana da OMS, a ferramenta da OMS de 2021 para o cálculo de custos e orçamentação dos PAN relativos à RAM está a ser utilizada pelas partes interessadas para apoiar o estabelecimento de prioridades no âmbito das intervenções e para mapear os orçamentos existentes, por forma a evitar a duplicação de financiamento e reforçar a sensibilização e a mobilização de recursos. Esta estratégia constitui uma oportunidade para a mobilização de recursos através dos parceiros de financiamento existentes e de novos parceiros.

Monitorização e avaliação

31. Um quadro de monitorização e avaliação deve fazer parte dos PAN e deve ser avaliado regularmente por entidades internas e externas. Ao mesmo tempo que desenvolve as capacidades dos Estados-Membros no âmbito da monitorização e avaliação dos seus programas nacionais de RAM, a OMS continuará a coordenar com os parceiros o inquérito anual de auto-avaliação dos países sobre o rastreio da RAM (TrACSS) sobre a implementação dos PAN e a apoiar a implementação do Quadro Quadripartido para a Monitorização e Avaliação dos PAN para travar a RAM. A OMS continuará também a monitorizar os indicadores do GLASS relativos à implementação dos sistemas nacionais de vigilância da utilização da RAM e dos ODS.

32. A partir de 2025, de dois em dois anos será apresentado um relatório dos progressos relativos à implementação da estratégia regional ao Comité Regional da OMS para a África.

CONCLUSÃO

33. O fardo mundial da RAM é significativo, sobretudo em África, e é expectável que continue a aumentar, a menos que seja operacionalizada uma estratégia coerente e abrangente que sustente a prevenção, detecção e resposta à RAM através da implementação eficaz dos PAN relativos à RAM.

34. A resposta à RAM está alinhada com o mandato geral da OMS, que inclui a defesa dos cuidados universais de saúde, a monitorização dos riscos para a saúde pública, a coordenação das respostas a emergências sanitárias e a promoção da saúde e do bem-estar humano. A resposta à RAM está também alinhada com o principal objectivo da Constituição da OMS, que visa garantir “o alcance do nível de saúde o mais elevado possível por parte de todas as pessoas”.

35. Assim, ao adoptarem e implementarem esta estratégia, os Estados-Membros teriam feito progressos importantes no sentido de prevenir ameaças à segurança sanitária a nível mundial, reforçar os seus sistemas de saúde e alcançar os ODS.

36. Convida-se o Comité Regional a analisar e a adoptar a estratégia proposta.

Anexo: Base de referência e metas detalhadas

Objectivo	Indicador	Base de referência	Meta
		2022	2030
		(%)	(%)
Reforçar a coordenação e a governação multisectoriais para enfrentar as ameaças da RAM à saúde humana, animal e ambiental aos níveis nacional e subnacional através de abordagens multisectoriais integradas para fomentar a implementação de planos de acção nacionais sobre a RAM.	Percentagem de Estados-Membros que dispõem de mecanismos funcionais de governação da RAM no âmbito da abordagem “Uma Só Saúde” que incluem papéis e responsabilidades definidos em todos os sectores e disposições de responsabilização estabelecidas, concretizando assim intervenções prioritárias em matéria de RAM.	32	100
	Percentagem de Estados-Membros que dispõem de sistemas de monitorização e avaliação internos para acompanhar e comunicar os progressos realizados no âmbito dos PAN.	57	100
Aumentar a consciência e melhorar a compreensão em matéria da RAM através de comunicação, educação e formação eficazes direccionadas para as partes interessadas prioritárias em todos os sectores.	Percentagem de Estados-Membros que estão a realizar campanhas de sensibilização sobre a RAM a nível nacional que envolvem diferentes sectores;	17	100
Reforçar os conhecimentos e os dados factuais relativos às taxas de RAM e ao consumo de antimicrobianos, através de uma melhor vigilância da RAM e do uso de antimicrobianos, das infecções associadas aos cuidados de saúde, e da capacidade de diagnóstico laboratorial.	Percentagem de Estados-Membros que se inscreveram no GLASS, e que utilizam dados para tomar decisões.	34	100
Optimizar a utilização de antimicrobianos nos seres humanos através do reforço da regulamentação e legislação nacionais, e da implementação de políticas e orientações de gestão de antimicrobianos nas unidades de saúde, com vista a melhorar os resultados nos doentes.	Percentagem de Estados-Membros que estão a implementar intervenções para otimizar a utilização responsável de antimicrobianos nas unidades de saúde, com vista a melhorar os resultados em doentes.	43	100